

Evolução Funcional, de que tratam os artigos 18 a 26 desta Lei Complementar 836/97, quando coincidir o requisito para a evolução obtida e para o provimento do novo cargo.

XXIX - O docente do Quadro do Magistério da Secretaria do Estado da Educação, em regime de acumulação com o cargo de Diretor de Escola, poderá requerer, no momento do exercício, o afastamento do cargo/função docente, nos termos do inciso II, do artigo 64, da Lei Complementar 444/1985, conforme disposto no § 1º, do artigo 1º, da Lei Complementar 1.256/2015, para dedicar-se, exclusivamente, durante o período de Estágio Probatório, ao cargo de Diretor de Escola.

XXX - O afastamento, de que trata o inciso anterior, dar-se-á com prejuízo de vencimentos, mas sem prejuízo das vantagens do cargo, podendo, em caso de seu interesse, efetuar a contribuição previdenciária ao Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS), referente ao cargo docente, sem a contrapartida do Estado, observado o disposto na Portaria SPPREV - 25, de 27-01-2009.

XXXI - Concluído o estágio probatório de Diretor de Escola, o afastamento do cargo docente, de que tratam os incisos XXIX e XXX, será automaticamente cessado, devendo haver nova publicação de ato decisório, no caso da manutenção dos dois cargos, em regime de acumulação.

XX XII - Caso o servidor, ao término do estágio probatório de Diretor de Escola, opte em solicitar a exoneração ou dispensa do cargo/função docente, poderá requerer a inclusão do tempo de serviço do primeiro vínculo no atual cargo, excluindo-se a possibilidade de proceder ao enquadramento previsto no artigo 27 da Lei Complementar 836/1997.

XXXIII - O ingressante que possua outro cargo ou função pública na alçada estadual e se encontre em licença para tratar de interesses particulares, nos termos do artigo 202 da Lei 10.261/1968, não poderá, nesta situação, assumir o exercício do novo cargo, tendo em vista o disposto no artigo 13 do Decreto 41.915/1997.

XXXIV - O docente que se encontre na situação do inciso anterior, deverá cessar a licença para tratar de interesses particulares, previamente, ao exercício no cargo de Diretor de Escola, observado o prazo legal previsto no inciso XXV, desta Instrução.

XXXV - O nomeado que, dentro dos prazos legalmente previstos, não tomar posse, terá sua nomeação tornada sem efeito, ou será exonerado do cargo, se tomar posse, mas não assumir o exercício.

XXXVI - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

## COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

## DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

### CENTRO DE CONVÊNIOS

#### Segundo Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 0422/0000/2014-SE

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Segundo Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 0544/0000/2014-SE

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 6271/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Catanduva.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 4733/0000/2013-SE

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Quarto Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 3806/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Ibirarema.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 15-10-2017 até 14-10-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 5760/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Franca.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 5762/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Franca.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 5764/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Franca.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Quarto Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 4104/0000/2013-SE

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Parisi.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Terceiro Termo de Aditamento de Convênio

Convênio do Programa Creche Escola  
Fundamento Legal: Decretos 57.367/2011 e 58.117/2012.  
Processo 5515/0000/2013-SE (2 vols.)

Objeto: Prorrogação da vigência do Ajuste para conclusão da obra, objeto do convênio celebrado para o Desenvolvimento do Programa de Ação Educacional Estado/Município para Educação Infantil - Construção de creche.

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação; Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE e a Prefeitura Municipal de Piraju.

Data da assinatura: 22-12-2017.

Prazo de vigência do convênio: Prorrogado por 12 meses, de 26-12-2017 até 25-12-2018.

Parecer Referencial CJ/SE 400/2017, emitido em 22-03-2017.

#### Termo de Convênio

Transferência de Recursos às APMs.  
Processo 2384/0000/2017-SE  
Parecer CJ 1344/2017  
Parecer CEE 596/2017

Autorizo do Governador: Decreto 58.488 de 26-10-2012 e Decreto 59.215/2013, alterado pelo Decreto 60.868/2014

Convenientes: Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação/ FDE

Objeto O presente convênio tem como objetivo a transferência e gerenciamento de recursos às APMs.

Valor do Convênio: R\$ 52.133.402,12  
Crédito Orçamentário: 12.368.0815.6138.0000  
Vigência: 06 (seis) meses a partir da data de assinatura.

Data da assinatura: 22-12-2017

## Saúde

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### Resolução SS - 103, de 22-12-2017

*Institui o Sistema de Gestão Financeira – SISGFIN; Disciplina a gestão de pagamentos a empresas prestadoras de serviço e fornecedoras de materiais/bens da Secretaria de Estado da Saúde e dá providências correlatas.*

O Secretário de Estado da Saúde, considerando:

O Decreto 58.912, de 26-02-2013, que cria e organiza na Secretaria da Saúde, a Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), transfere e extingue unidades que especifica, altera o Decreto 40.200/1995, que regulamenta as atividades do Fundes e dispõe sobre a composição e as atribuições de seu Conselho de Orientação e dá providências correlatas;

A necessidade de integração das informações referentes a pagamentos de empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de materiais/bens diversos da Secretaria de Estado da Saúde realizados pelas Unidades Gestoras Executoras da Administração Direta através de aquisições e contratações diversas;

A imprescindibilidade de execução de diretrizes centralizadas e coordenadas para o processamento uniforme e regular destes pagamentos, evitando assim eventuais atrasos em suas realizações e finalmente;

A necessidade de conferir maior eficiência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros destinados às ações de saúde;

Resolve:

Artigo 1º - Fica instituído o Sistema de Gestão Financeira (SISGFIN), através do site [www.gps.saude.sp.gov.br](http://www.gps.saude.sp.gov.br), como ferramenta de trabalho e gerência, a ser utilizada para o proces-

samento dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado da Saúde a empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de materiais/bens, realizadas pelas Unidades Gestoras Executoras (UGE) da Administração Direta.

Artigo 2º - A Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF) é o órgão de nível central da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo responsável pelo desenvolvimento e coordenação do SISGFIN.

Artigo 3º - O cadastramento das empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de materiais/bens e o lançamento das notas fiscais e informações sobre serviços prestados ou materiais entregues no sistema informatizado SISGFIN passa a ser obrigatório a partir da execução do Orçamento 2018.

Artigo 4º - Fica estabelecido a composição e as atribuições descritas no Anexo

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 01-01-2018.

#### Anexo I

- São atribuições da CGOF, enquanto responsável pelo SISGFIN:

I) a disponibilização gratuita do sistema a seus usuários;

II) a capacitação e orientação de profissionais técnicos e administrativos das UGE's;

III) a viabilização da interoperabilidade de informações;

IV) a identificação da necessidade de elaboração de aplicativos ou recursos técnicos assemelhados visando seu aperfeiçoamento;

V) a continuidade da alimentação do sistema após as providências adotadas pelas UGE's, na forma prevista no inciso V do artigo 8º desta Resolução;

VI) a utilização da faculdade contida no art. 5º da Lei 8666/93, quando estritamente necessário, e de forma totalmente justificada e fundamentada.

- São atribuições das Unidades Gestoras Executoras:

I) A conferência e autenticação dos dados relacionados na Nota Fiscal emitida pelas empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de materiais/bens;

II) A busca de esclarecimentos, junto à empresa emissora da Nota Fiscal, de eventuais divergências aos dados que nela encontram-se descritos que impeçam a continuidade de seu processamento.

- São atribuições das Unidades Gestoras Orçamentárias:

I) orientar e auxiliar as UGE's no processamento dos pagamentos;

II) solicitar auxílio junto à CGOF, quando necessário, para resolução de dificuldades existentes nas Unidades Gestoras Executoras para o processamento dos pagamentos.

- Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I) Nota Fiscal Recebida – situação inicial da Nota Fiscal após ter sido informada ou carregada no formato digital no SISGFIN pelo prestador de serviço ou fornecedor de materiais/ bens, correspondente ao serviço prestado ou material entregue.

II) Nota Fiscal Aprovada – situação da Nota Fiscal Recebida após ter sido verificada e aceita, com confirmação de sua realização, pelo servidor responsável da UGE, correspondente ao serviço prestado ou material entregue nos termos informados pelo fornecedor na Nota Fiscal Recebida mencionando a respectiva Nota de Empenho.

III) Nota Fiscal Cancelada – situação da Nota Fiscal Recebida após ter sido verificada e não aceita pelo servidor responsável da UGE, quando as informações descritas no documento recebido do prestador de serviço ou do fornecedor de materiais/ bens não tiverem sido realizadas.

IV) Nota Fiscal Pendente – situação da Nota Fiscal Recebida após ter sido verificada pelo servidor responsável da UGE, quando as informações contidas na Nota Fiscal recebida do prestador de serviço e do fornecedor de materiais/bens exigir alguma retificação ou complementação para ser aprovada.

V) Nota Fiscal a Programar – situação da Nota Fiscal Aprovada após ter sido emitida pela CGOF ou pela respectiva UGE a correspondente Programação de Desembolso – NL.

VI) Nota Fiscal Programada – situação da Nota Fiscal a Programar após ter sido emitida pela CGOF ou pela respectiva UGE a correspondente Programação de Desembolso – PD.

VII) Nota Fiscal Paga – situação da Nota Fiscal Programada após ter sido emitida pela CGOF a correspondente Ordem Bancária – OB.

- O processamento dos pagamentos devidos aos prestadores de serviço ou fornecedores, nos termos desta Resolução, ocorrerá da seguinte forma:

#### ANEXO I - PROCEDIMENTO AMBULATORIAL - TETO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC

CNES	NOME	SIA		TOTAL
		ALTA COMPL	MEDIA COMP	
2068974	01 PAM VARZEA DO CARMO NGA 63 SAO PAULO	0,00	1.249,99	1.249,99
2069008	01 AMBULATORIO DE ESPECIALIDADES DR GERALDO PAULO BOURROUL	0,00	533,84	533,84
2076926	01 HOSPITAL UNIVERSITARIO DA USP SAO PAULO	53,58	528,44	582,02
2077477	01 HOSP STA MARCELINA SAO PAULO	803,75	494,39	1.298,14
2077485	01 HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAUL	20.715,32	82.604,98	103.320,30
2077493	01 HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS SAO PAULO	0,00	669,26	669,26
2078015	01 HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO	26.930,98	26.982,16	53.913,14
2079410	01 COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS	1.736,10	2.365,96	4.102,06
2079828	01 HOSPITAL GERAL PIRAJUSSARA TABOAO DA SERRA	0,00	3.756,83	3.756,83
2080273	01 HOSPITAL ESTADUAL LUIZ COVAS DE SANTO ANDRE	0,00	1.218,97	1.218,97
2080680	01 HOSPITAL DAS CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO MOGI DAS CRUZES	0,00	1.361,93	1.361,93
2082225	01 HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPASSP SAO PAULO	0,00	366,70	366,70
2084163	01 HOSPITAL ESTADUAL DE DIADEMA HOSPITAL SERRARIA	0,00	7,28	7,28
2088576	01 HOSP DE TRANSPLANT DO EST DE SP EURYCLIDES DE JESUS ZERBI	0,00	7.216,37	7.216,37
2091542	01 AME MARIA ZELIA AMB MED ESPECIALIDADES MARIA ZELIA	12.881,43	1.927,60	14.809,03
2688689	01 SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO	0,00	3.177,60	3.177,60
2792141	01 HOSPITAL REGIONAL DE COTIA	0,00	700,99	700,99
2792168	01 HOSPITAL GERAL DE CARAPICUIBA	0,00	1.977,34	1.977,34
2792176	01 HOSPITAL GERAL DE ITAPEERICA DA SERRA	0,00	5,63	5,63
6199879	01 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADE CARAPICUIBA	0,00	2.008,19	2.008,19
6423086	01 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES JDIM DOS PRADOS	0,00	2.179,88	2.179,88
6432530	01 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES INTERLAGOS SAO P	0,00	1.043,44	1.043,44
6479200	01 AME DR LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA SAO PAULO	0,00	9.788,76	9.788,76
6546463	01 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE ITAPEVI	1.168,12	0,00	1.168,12
6655416	01 AME SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO	0,00	2.383,28	2.383,28
6878687	01 HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO	964,50	846,04	1.810,54
6956718	01 AME MAUA	0,00	9.544,46	9.544,46
7021801	01 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE MOGI DAS CRUZ	0,00	662,90	662,90
2078511	02 HOSPITAL REGIONAL DE ILHA SOLTEIRA	1.028,80	164,56	1.193,36
2078775	02 SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS	2.389,82	13,43	2.403,25
6568971	02 AME ANDRADINA DR EDMON ALEXANDRE SALOMAO	8.337,57	2.526,39	10.863,96
6572367	02 AME ARACATUBA DR OSCAR GURJAO COTRIM	15.485,58	1.532,28	17.017,86
6164366	03 HOSPITAL ESTADUAL AMERICO BRASILIENSE	0,00	1.392,91	1.392,91
6166598	04 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE SANTOS	0,00	12.131,67	12.131,67
6258484	04 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE PRAIA GRANDE	11.531,13	3.814,00	15.345,14
6289304	05 AME AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS	18.582,70	10.107,66	28.690,36
2748223	06 HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	13.224,37	8.069,44	21.293,80
2790556	06 HOSPITAL DE BASE DE BAURU	3.997,32	9.588,02	13.585,34

I) Emitida a nota fiscal, o prestador de serviços ou fornecedor de materiais/bens deverá cadastrá-la no SISGFIN.

II) - Após a conferência de informações e a constatação da correção de seu teor pela UGE, esta validará seu prosseguimento, acionando o comando do SISGFIN para colocá-la na situação de Nota Fiscal Aprovada.

III) Caso os serviços ou materiais/bens não tenham sido entregues na forma descrita em Nota Fiscal Recebida, esta terá seu prosseguimento interrompido pela UGE através do comando do SISGFIN para colocá-la na situação de Nota Fiscal Cancelada.

IV) Caso os dados mencionados na Nota Fiscal Recebida sejam passíveis de retificação ou complementação de qualquer natureza para seu regular prosseguimento, a UGE acionará o comando do SISGFIN para colocá-la na situação de Nota Fiscal Pendente.

V) Sendo colocada na situação de Nota Fiscal Aprovada pela UGE, o processamento do pagamento passa ter prosseguimento pela CGOF através dos comandos e situações sucessivas do SISGFIN de Nota Fiscal a Programar, Nota Fiscal Programada e Nota Fiscal